

A vida pública precisa retocar sua maquilagem

LUÍS CARLOS LISBOA

No Diário de um Poeta, Alfred de Vigny comenta que o deputado dos seus sonhos seria aquele que antes de subir à tribuna se perguntasse se era pura sua intenção, se interesses menores não estariam ditando suas ações e se se considerava em estado de graça perante a nação. Isso seria talvez pedir muito a um ser humano qualquer, quanto mais a um deputado em ano eleitoral. E nada, de fato, foi exigido dos nossos deputados federais, tanto que 278 deles contribuíram para rejeitar anteontem as eleições em dois turnos propostas para a escolha de prefeitos nas capitais, estâncias hidrominerais e municípios que ganharam autonomia recentemente.

O critério de maioria absoluta e da votação em dois turnos, adotado através de emenda constitucional recentemente aprovada, devia ser estendido às eleições municipais, como o será, com certeza, à escolha de governador — como é de justiça e seria coerente. Os interesses pessoais e grupais, porém, mais uma vez pesaram mais que todas as outras considerações e eis que o PMDB — dessa vez isolado e representando o sonho de Vigny — foi derrotado de ponta a ponta, perdendo a votação em dois turnos e a limitação da propaganda eleitoral gratuita, contra as quais se bateu. O PDS, o PDT, o PFL e o PTB, felizes e fisiológicos, foram os vencedores do dia. E como é importante que os eleitores saibam com detalhes quem são os seus deputados e de que modo se comportam os políticos em geral, os jornais deram informações mais ou menos minuciosas da sessão de quinta-feira que durou cinco horas e franqueou as escadas do poder municipal a prefeitos minoritários que se elegem por milagre e governam contra a vontade de dois terços da população votante.

Ao apagar das luzes foi aprovada também — pelo ridículo processo eletrônico que funciona mal e permite votação dupla (como revelaram as fotos de um jornal do Rio) — a propaganda eleitoral obrigatória no rádio e na TV, que tem servido para desacreditar, tal como é feita, o próprio sistema democrático no País. A emenda derrotada do líder Pimenta da Veiga reduzia e distribuía o tempo destinado aos candidatos, nos dois meses anteriores ao pleito. Os srs. deputados decidiram que a diversão e o lazer do povo brasileiro devem ser interrompidos de instante a instante com discursos, rostos e trejeitos que ensinam somente, como têm sido mostrados, o riso e o tédio. Esse desserviço à boa política foi providenciado pelo PDT (que espera eleger "de fininho" prefeitos no Rio, em Curitiba e em Porto Alegre), pelo PDS (que é o mais novo apologista do princípio do "quanto pior, melhor"), pela facção fisiológica do PFL e por todo o PTB.

Para o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, a votação de anteontem não abala a Aliança Democrática, ainda que tendo seus correligionários votado pelo turno único e o PMDB pelos dois turnos. Seria o caso de lamentar essa unidade, porque pelo menos um bom abalo seria o indicio de que alguém reage

ao raposismo, ao camaleonismo e à falta de convicções e de coerência reinante no meio político nacional. Nas capitais que devem eleger seus prefeitos em novembro próximo as repercussões da decisão da Câmara foram, em sua maioria, desfavoráveis. É ali que serão colhidos os maus frutos dessa escolha apressada dos deputados. No Rio de Janeiro, disse o deputado Álvaro Valle, vem aí "mais um resultado eleitoral falsificado, como ocorreu na eleição do atual governo, quando venceu o candidato minoritário". Em São Paulo, o senador Fernando Henrique Cardoso estranha o fato de para presidente da República valer o critério de dois turnos, mas, para prefeito da maior cidade do País, não.

Assim, parlamentares, líderes, administradores, políticos em geral contribuem com muito pouco para que se refaça no País a imagem desgastada do homem público, expressa no anedotário popular, nas charges dos artistas e na consciência do homem comum, até do mais desinformado e do não alfabetizado — que agora vai votar, sim senhor. A velha senhora precisa retocar sua maquilagem, se não se dispõe a uma cirurgia localizada e competente. Depois de 20 anos de arbítrio, então, o ceticismo em face dos políticos parece ter sido reforçado, porque a sensação agora é de que apesar de tudo "eles não mudam nada, continuando sempre a mesma coisa". Nas cinco horas de votação da última quinta-feira, a Câmara Federal conseguiu o que nem alguns milhões de dólares de propaganda positiva lograria desfazer: reforçar uma imagem que devia ser removida com paciência e continuidade. A idéia de oportunismo, de esperteza, de desonestidade que se vincula inseparavelmente ao político profissional — flagrante injustiça para com 20 ou 30 homens públicos brasileiros, cujos nomes o homem da rua é capaz de citar de cabeça — ganha força extraordinária com o espetáculo vergonhoso da votação dupla ou tripla no plenário da Câmara, com a balbúrdia que toma conta da Casa sempre que há algum projeto importante na ordem do dia, na impotência grotesca das lideranças que só lideram nos corredores e no café do Congresso.

Representatividade depende de respeitabilidade, e é indispensável neste instante da vida política brasileira, quando há problemas graves para resolver e o futuro vai ser decidido, que o povo respeite seus representantes, que acredite na sua boa fé, que veja no governante e no legislador alguém que fala em seu nome e protege seus interesses. Sem isso, é a desilusão e o desânimo da liberdade, conclusão perigosa e desagradável até de ser pensada. Se desaparece a fé no sistema representativo, surge logo um prepotente que diz falar em nome da coletividade e não se dispõe a provar isso. E o antídoto da tirania é a confiança, que se inspira e se mantém pelo exemplo, pela isenção e pela visível aversão do homem público às mesquinhas e imaturidades que através de textos e imagens temos visto com frequência melancólica. Ainda que o brasileiro não saiba, ele espera há muito tempo pelo deputado do sonho de Vigny.